



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

FGF

Versão Digital



Relatório da Administração

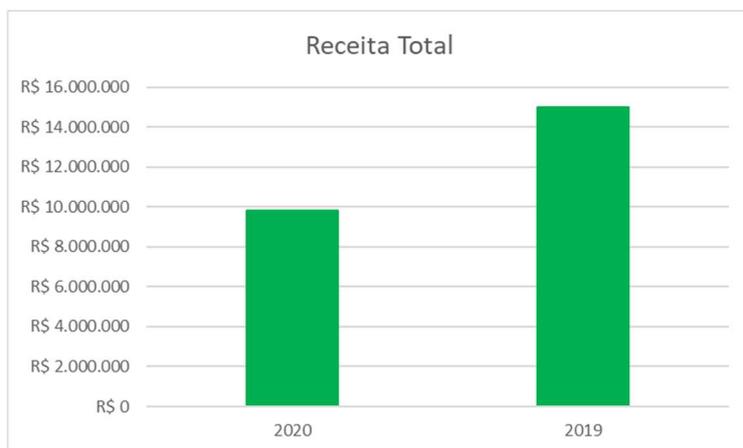
Apresentamos a seguir o relatório da administração referente ao exercício 2020. A FGF teve todas suas competições afetadas pela pandemia de COVID-19 declarada pela OMS em 11 de março de 2020.

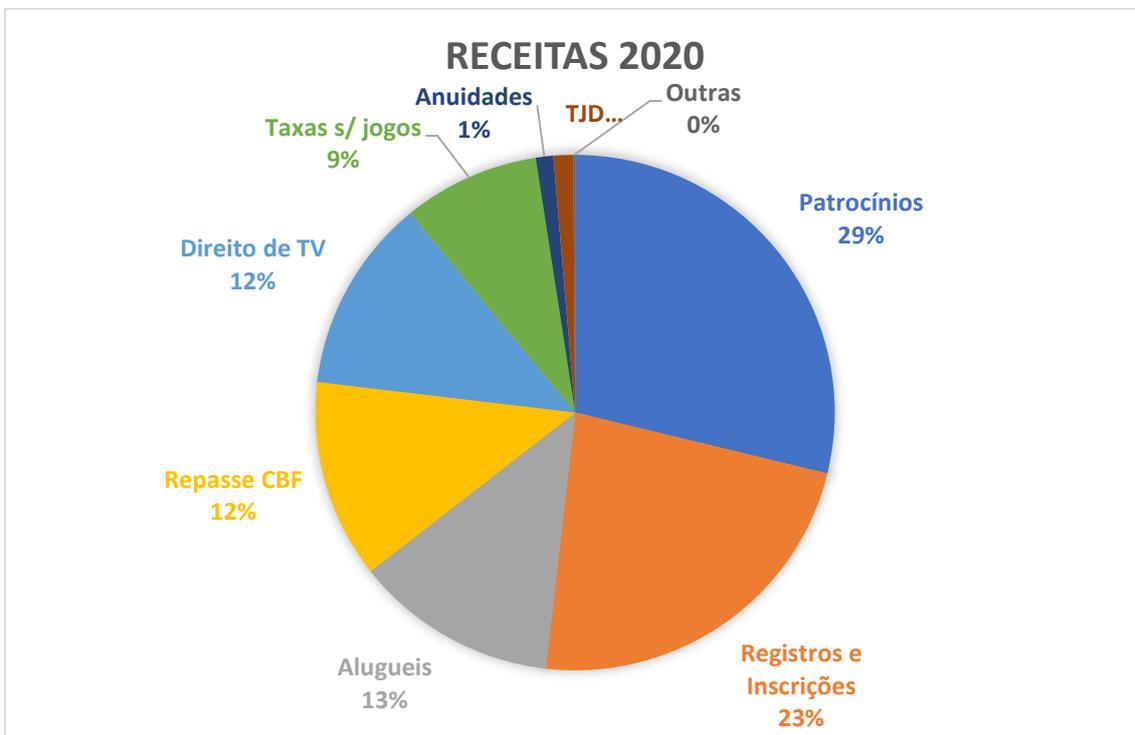
Duas competições iniciaram antes da pandemia: O Gauchão e a Divisão de Acesso. O primeiro, foi paralisado em 15 de Março, sendo retomado em 22 de Julho. Já a Divisão de Acesso foi cancelada em 11 de Março.

A FGF não realizou, devido a pandemia, a Segunda Divisão e Campeonatos Amadores – categorias de base. No segundo semestre de 2020, foram realizadas a Copa FGF e o Gauchão Feminino 2020.

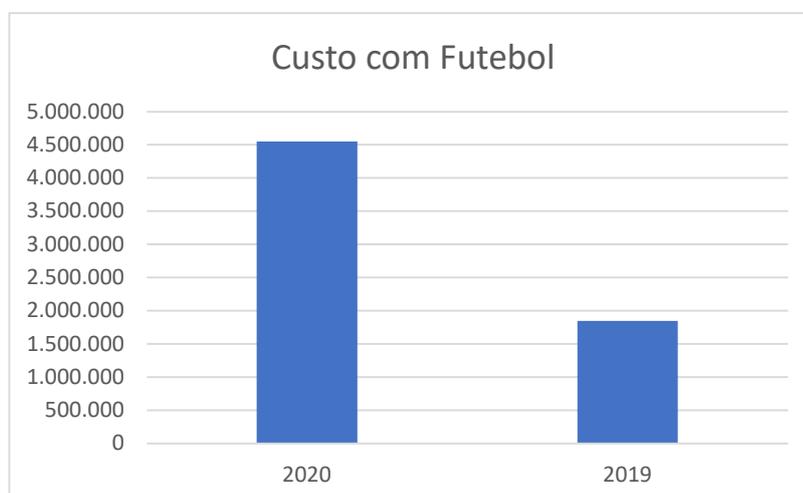
A ausência de competições e de público ocasionou uma redução de Receitas estimada em 6 milhões, conforme orçamento financeiro da FGF.

O percentual de receita da bilheteria dos jogos representa, historicamente, a principal fonte de Receita da entidade, sendo reduzida, de 5,7 milhões em 2019 para 837 mil em 2020.





Para a retomada do Gauchão 2021, a FGF elaborou um rigoroso Protocolo, aprovado pelo Governo do Estado do RS, o que permitiu a continuidade da competição. Os esforços feitos pela entidade incluíram cerca de 4 mil testes de PCR, elaborado em atletas, árbitros, colaboradores e terceiros. Ainda, com o cancelamento da Divisão de Acesso, aportou mais de 2 milhões de reais nos 16 clubes participantes, em especial para auxiliar no pagamento das rescisões de atletas e comissão técnica.





O déficit apurado no exercício de 2020 de 2,1 milhão, considera 893 mil de depreciação, que não gera variação no caixa da entidade.

Conforme demonstrado a seguir, o déficit do exercício tem origem basicamente na diminuição de Receitas e aumento de Despesas causadas pela COVID-19. Em se considerando as mesmas Receitas do ano de 2019 e sem os custos extras causados as competições pela pandemia, a FGF teria um superávit estimado de 6,5 milhões:

	<u>2020 Real</u>	<u>2020 sem Pandemia</u>
RECEITA BRUTA DAS ATIVIDADES	9.828.325	15.828.325
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(11.781.165)</u>	<u>(9.081.165)</u>
Pessoal	(2.173.444)	(2.173.444)
Gerais e Administrativas	(3.951.557)	(3.951.557)
Futebol	(4.762.436)	(2.062.436)
Depreciações	<u>(893.729)</u>	<u>(893.729)</u>
RESULTADO OPERACIONAL	(1.952.841)	6.747.159
Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	(228.581)	(228.581)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(2.181.422)	6.518.578

No âmbito administrativo, a FGF celebrou em Julho de 2020 histórico acordo com o Sindicato dos Empregados em Clubes e Federações Esportivas do Rio Grande do Sul. Com vigência de 2 anos, o instrumento normativo celebra a relação entre as entidades, visando garantir segurança e salvaguardar ao direitos de todos. Apesar das dificuldades impostas pela Pandemia, a FGF garantiu a remuneração e o trabalho de todos os seus colaboradores, sem efetuar demissões no exercício de 2020.

Ainda, visando aprimorar os processos foi implementado no decorrer do ano sistema ERP da empresa Eligo. O software de gestão tem a função de unificar as informações e facilitar o fluxo de trabalho entre as áreas Contábeis, Financeira, Compras, Estoque, Competições e Registro. Com o mesmo propósito, foi implementado software da empresa Rech, um sistema especializado na gestão de RH dos colaboradores e autônomos que prestam serviço a FGF.



Demonstrações Contábeis

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em R\$ 1)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)	<u>2019</u>
CIRCULANTE		8.472.859	16.813.014	16.393.014
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.816.295	6.977.516	6.977.516
Devedores Filiados	5	3.501.983	9.356.028	9.356.028
Estoques	7	-	3.561	3.561
Adiantamentos	4	81.115	475.909	55.909
Crédito a Receber	6	73.466	-	-
NÃO CIRCULANTE		18.242.034	18.423.855	18.423.855
Realizável a Longo Prazo		101.518	270.367	270.367
Depósitos Judiciais	8	101.518	270.367	270.367
Investimentos	9	14.470	4.470	4.470
Imobilizado	10	18.094.751	18.117.723	18.117.723
Intangível	11	31.295	31.295	31.295
TOTAL DO ATIVO		26.714.893	35.236.869	34.816.869

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em R\$ 1)

PASSIVO

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)	<u>2019</u>
CIRCULANTE		3.232.025	8.331.584	7.726.564
Fornecedores	15	172.572	-	-
Salários e Encargos Sociais	13	139.539	71.235	71.235
Tributos A Recolher	12	1.172.620	1.257.543	652.523
Contas a Pagar	14	22.294	7.002.806	7.002.806
Receita a Realizar	16	1.725.000	-	-
NÃO CIRCULANTE		16.065.729	17.306.725	11.739.134
Tributos A Recolher	12	15.921.639	16.706.725	11.139.134
Provisões para Contingências	17	144.090	600.000	600.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	7.417.139	9.598.560	15.351.171
Patrimônio Social	18	7.417.139	9.152.861	14.905.472
Reserva de Reavaliação		-	445.699	445.699
TOTAL DO PASSIVO		26.714.893	35.236.869	34.816.869

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em R\$ 1)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)	<u>2019</u>
RECEITA BRUTA DAS ATIVIDADES	19	9.828.325	14.989.709	14.989.709
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		9.828.325	14.989.709	14.989.709
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(11.781.166)	(10.249.523)	(10.669.523)
Pessoal	20	(2.173.444)	(1.985.281)	(1.985.281)
Material		-	(18.764)	(18.764)
Gerais e Administrativas	21	(3.951.557)	(4.150.373)	(4.570.373)
Futebol Amador	22	(212.504)	(1.398.632)	(1.398.632)
Futebol Profissional	22	(4.549.932)	(1.846.138)	(1.846.138)
Depreciações	23	(893.729)	(850.335)	(850.335)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.952.841)	4.740.186	4.320.186
Despesas Financeiras (Receitas) Líquidas	24	(228.581)	(6.115.399)	57.212
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	25	(2.181.422)	(1.375.213)	4.377.398

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em R\$ 1)

	<u>PATRIMÔNIO</u> <u>SOCIAL</u>	<u>SUPERÁVIT / DÉFICIT</u> <u>ACUMULADO</u>	<u>RESERVA DE</u> <u>REAVALIÇÃO</u>	<u>TOTAL</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.528.074	-	445.699	10.973.773
Superávit do Exercício	-	4.377.398	-	4.377.398
Aumento de Capital Social				
Transferência para o Patrimônio Social	4.377.398	(4.377.398)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.905.472	-	445.699	15.351.171
Ajustes de Exercícios Anteriores		(5.752.610)		(5.752.610)
Déficit do Exercício	-	(2.181.422)	-	(2.181.422)
Aumento de Capital Social				
Transferência para o Patrimônio Social	(7.488.333)	7.934.032	(445.699)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.417.139	-	-	7.417.139

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (METODO INDIRETO)
EM 31 DE DEZEMBRO

	(em R\$ 1)		
	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado)	<u>2019</u>
Fluxo de Caixa das atividades Operacionais			
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(2.181.422)	(1.375.213)	4.377.398
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	893.729	850.335	850.335
Resultado na venda de Imobilizado	60.000	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5.752.610)	-	-
Baixa Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(87.894)	(87.894)
Variações nos ativos e passivos			
Varição Devedores Filiados	5.854.045	(643.650)	(643.650)
Varição Estoques	3.561	45.110	45.110
Varição Adiantamentos	(25.206)	(298.503)	121.497
Varição Crédito a Receber	(73.466)	-	-
Varição Depósitos Judiciais	168.849	(185.678)	(185.678)
Varição Devedores Filiados	-	116.844	116.844
Varição Fornecedores	172.572	(39.065)	(39.065)
Varição Salários e Encargos Sociais	68.304	(2.119.166)	(2.119.166)
Varição Tributos A Recolher	5.302.602	4.636.474	(1.536.137)
Varição Contas a Pagar	(6.980.512)	5.770.255	5.770.255
Varição Receita a Realizar	1.725.000	-	-
Recursos líquidos das atividades operacionais	(1.220.464)	6.669.849	6.669.849
Fluxo de Caixa das atividades de investimento			
Compras de imobilizado	(930.757)	(97.201)	(97.201)
Compras de Investimentos	(10.000)	-	-
Recursos líquidos das atividades de Investimento	(940.757)	(97.201)	(97.201)
Aumento/Redução nas disponibilidades	(2.161.221)	6.572.648	6.572.648
No início do período	6.977.516	404.868	404.868
No final do período	4.816.295	6.977.516	6.977.516

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.



FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em R\$ 1)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(2.181.422,00)	4.377.398,00
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
- Outros Componentes do Resultado Abrangente	445.699,00	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.735.723,00)	4.377.398,00

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em Reais 1)**

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Federação Gaúcha de Futebol - FGF é uma Associação civil de direito privado, Associação estadual de administração do desporto, de caráter e fins desportivos, sem fins lucrativos, filiada à Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

A FGF, amparada no inciso I do art. 217 da Constituição Federal e nos termos da legislação desportiva federal, goza de peculiar autonomia quanto à sua organização e funcionamento, não estando sujeita a ingerência ou interferência estatal, a teor do disposto nos incisos XVII e XVIII do art.5º da Constituição Federal.

A FGF, compreendendo todos os seus poderes, órgãos e dirigentes, não exerce qualquer função delegada do Poder Público nem se caracteriza como entidade ou autoridade pública, a teor do disposto no art.82 da Lei nº 9615/98.



As atividades da FGF têm caráter privado, equiparadas a atividade econômica e são financiadas exclusivamente por seus próprios recursos, sem qualquer aporte de recursos públicos de qualquer espécie, seja direta ou indiretamente. A FGF não é beneficiada, nem contemplada com subvenções, exonerações fiscais, patrocínios de empresas públicas, assim como também não recebe repasses de recursos públicos federais, estaduais ou municipais da administração, direta ou indireta, ou seja, a FGF suporta todos os seus gastos e despesas, com seus próprios meios, sem ajuda, benefício ou colaboração de dinheiro público.

NOTA 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Federação Gaúcha de Futebol para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 serão aprovadas pela Administração quando da realização de sua Assembleia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as disposições contidas na legislação societária (Lei n.º 9615/98 – artigo 46-A). As políticas contábeis significativas adotadas pela Entidade estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

1.1.Reconhecimento de Receitas, Despesas e Custos

As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

1.2.Caixa e Equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de



gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Entidade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.

1.3. Instrumentos Financeiros

A FGF classifica os ativos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros da FGF incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros saldos a receber.

1.4. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou exigíveis dentro do período dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes que serão liquidados, considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais, apropriadas de acordo com as condições contratuais.

1.5. Imobilizado

O ativo imobilizado da FGF é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

1.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma



estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A FGF é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.7. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado, determinação do valor recuperável de ativos, registro de provisões, valor justo dos instrumentos financeiros, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Administração revisa suas estimativas e premissas anualmente.



1.8.Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 31/12/2019

Em decorrência do contido no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Entidade procedeu os seguintes ajustes e reclassificações nas demonstrações contábeis de 2019:

- Registro dos encargos financeiros, por competência, incidentes sobre parcelamentos tributários;
- Apropriação de adiantamentos a fornecedores.

A seguir apresentamos os ajustes efetuados:

ATIVO	2019	Ajustes	2019
	(Reapresentado)		
CIRCULANTE	16.813.014	420.000	16.393.014
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.977.516		6.977.516
Devedores Filiados	9.356.028		9.356.028
Estoques	3.561		3.561
Adiantamentos	475.909	420.000	55.909
NÃO CIRCULANTE	18.423.855	-	18.423.855
Realizável a Longo Prazo	270.367	-	270.367
Depósitos Judiciais	270.367		270.367
Investimentos	4.470		4.470
Imobilizado	18.117.723		18.117.723
Intangível	31.295		31.295
TOTAL DO ATIVO	35.236.869	420.000	34.816.869
PASSIVO	2019	Ajustes	2019
	(Reapresentado)		
CIRCULANTE	8.331.584	605.020	7.726.564
Salários e Encargos Sociais	71.235		71.235
Obrigações Tributárias	1.257.543	605.020	652.523
Contas a Pagar	7.002.806		7.002.806
NÃO CIRCULANTE	17.306.725	5.567.591	11.739.134
Parcelamentos	16.706.725	5.567.591	11.139.134
Provisões para Contingências	600.000		600.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.598.560	(5.752.611)	15.351.171
Patrimônio Social	9.152.861	(5.752.611)	14.905.472
Reserva de Reavaliação	445.699		445.699
TOTAL DO PASSIVO	35.236.869	420.000	34.816.869



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS	2019	Ajustes	2019
	(Reapresentado)		
RECEITA BRUTA DAS ATIVIDADES	14.989.709		14.989.709
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.989.709	-	14.989.709
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	(10.249.523)	420.000	(10.669.523)
Pessoal	(1.985.281)		(1.985.281)
Material	(18.764)		(18.764)
Gerais e Administrativas	(4.150.373)	420.000	(4.570.373)
Futebol Amador	(1.398.632)		(1.398.632)
Futebo Profissional	(1.846.138)		(1.846.138)
Depreciações	(850.335)		(850.335)
RESULTADO OPERACIONAL	4.740.186	420.000	4.320.186
Despesas Financeiras (Receitas) Líquidas	(6.115.399)	(6.172.611)	57.212
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.375.213)	(5.752.611)	4.377.398
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2019		2019
	(Reapresentado)		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.375.213,00)	-	4.377.398,00
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
- Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.375.213,00)	-	4.377.398,00

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixas	7.050	12.431
Bancos Conta Corrente	138.566	17.730
Aplicações Financeiras	4.670.679	6.947.355
Total	4.816.295	6.977.516

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos de natureza conservadora e certificados de depósitos bancários (CDB's), emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que registram o montante dos recursos destinados à remuneração financeira do capital em disponibilidade, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, deduzidos, quando o caso, das provisões e retenções.



NOTA 4. ADIANTAMENTOS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a Funcionários	37.083	55.909
Adiantamento p/Terceiros	44.032	-
Total	81.115	55.909

Os adiantamentos a funcionários referem-se a salário e férias. Os adiantamentos a terceiros referem-se a fornecedores.

NOTA 5. DEVEDORES FILIADOS

Contemplam valores a receber referente a taxas, anuidades, borderôs e multa ou adiantados aos clubes filiados. Tais valores serão recebidos ou compensados com futuros repasses que a FGF tenha a fazer a seus filiados.

NOTA 6. CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrocínios a Receber	71.700	-
Outros Créditos	1.766	-
Total	73.466	-

Os valores de patrocínios referem-se a receitas do ano de 2020 que não foram recebidas na sua totalidade. Os outros créditos referem-se a valores pagos a maior aos árbitros autônomos, que serão restituídos pelos mesmos ou descontados de pagamentos futuros.

NOTA 7. ESTOQUES

Tendo em vista o caráter da sua atividade, os estoques referem-se exclusivamente a produtos de uso e consumo e material de expediente. Devido



ao baixo volume financeiro e de operação, a associação optou por reconhecer tais valores como despesa, sem controle patrimonial.

NOTA 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Compreendem os valores de depósitos recursais referentes a processos que estão tramitando. Há, sobre tais processo, constituição de Provisão para Contingência.

NOTA 9. INVESTIMENTOS

Compreendem título de capitalização de 10 mil e ações telefônicas de 4,4 mil.

NOTA 10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depreciação Anual	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31/12/2020	31/12/2019
		-	-	-	-
Imóveis	3%	22.366.273	(5.176.050)	17.190.223	17.396.309
Móveis e Utensílios	20%	115.660	(60.271)	55.389	108.586
Veículos	20%	281.511	(98.114)	183.397	109.142
Computadores	20%	249.489	(100.661)	148.828	140.395
Máquinas e Equipamentos	20%	201.640	(56.491)	145.149	65.267
Outros Bens		371.765	-	371.765	298.024
		-	-	-	-
Total		23.586.338	(5.491.587)	18.094.751	18.117.723

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou de construção, ajustados por depreciações acumuladas a partir do exercício 2020, calculada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pelo tempo de vida útil estimados dos bens. Os ativos imobilizados estão registrados contabilmente por



valor não superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. O subgrupo imóveis possui registro de depreciação desde a sua aquisição.

NOTA 11. INTANGÍVEL

Os valores estão registrados no subgrupo software pelo custo histórico de aquisição, sem contabilização de amortização pela inexistência de controle patrimonial.

NOTA 12. TRIBUTOS A RECOLHER

Descrição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRF a recolher	379	-	15	-
Parcelamento SRF	13.484	21.240	-	-
ISSQN	810	-	544	-
Profut	1.156.555	15.900.399	651.918	11.139.134
PIS/COFINS/CSLL	-	-	46	-
	-	-	-	-
CSRF a Recolher	1.392	-	-	-
Total	1.172.620	15.921.639	652.523	11.139.134

NOTA 13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
INSS a Recolher	101.912	44.989
INSS Retido a Recolher	2.312	-
FGTS	10.594	10.599
IRRF Salários	13.004	12.644
IRRF a Recolher Autônomos	10.073	1.375
PIS Folha	1.644	1.628
Total	139.539	71.235



NOTA 14. CONTAS A PAGAR

Referem-se a valores de depósitos não identificados, recebidos no ano de 2020.

NOTA 15. FORNECEDORES

Os valores registrados referem-se a fornecedores a vencer.

NOTA 16. RECEITAS À REALIZAR

Representam receitas futuras, em consonância com o regime de competência que serão realizadas em exercícios subsequentes.

NOTA 17. PROVISÃO CONTINGÊNCIA

A Associação está envolvida em demandas judiciais trabalhistas e fiscais. Com base no parecer de seus consultores jurídicos internos e externos, a Administração constituiu provisão para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis, sendo que as causas consideradas possíveis totalizaram R\$ 840.695.

NOTA 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Foram realizados ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 5.752.610 referente a contabilização a menor de dívida tributária parcelada na modalidade



PROFUT (Programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro), parcelamento este que a FGF aderiu em 2016.

NOTA 19. RECEITAS BRUTAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrocínios (a)	2.831.228	-
Registros e Inscrições (b)	2.262.011	2.358.963
Aluguéis (c)	1.239.041	1.348.853
Repasse CBF (d)	1.225.000	972.725
Direito de Transmissão (e)	1.194.546	2.659.518
Taxa s/ jogos (f)	837.656	5.749.264
Anuidades (g)	107.000	135.000
TJD (h)	120.875	60.805
Eventuais	10.968	1.704.581
Total	9.828.325	14.989.709

- (a) Os contratos de patrocínios são provenientes, substancialmente, do Campeonato Gaúcho, Gauchão 2020.
- (b) Valores auferidos referente a registro e inscrições de atletas.
- (c) Representa valores de locação de espaços comercial da sede da FGF.
- (d) Repasses efetuados pela CBF as suas Federações.
- (e) Essa rubrica é representada pelos direitos comerciais e televisivos das partidas do Campeonato Gaúcho, Gauchão 2020.
- (f) Representam os percentuais de receita da bilheteria dos jogos que, conforme Regulamento, é repassado a FGF.
- (g) Anuidades dos filiados.



- (h) Valores referente a multas, recursos e consultas ao TJD, órgão autônomo, mas subsidiado financeiramente pela FGF.

NOTA 20. DESPESAS COM PESSOAL

Nesse grupo estão registradas as despesas com o quadro de colaboradores da FGF, incluindo funcionários e estagiários, considerando a remuneração, impostos e benefícios. Durante a pandemia, a FGF manteve os salários integral dos colaboradores, mesmo no período em que as suas atividades foram suspensas.

NOTA 21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	2.950.631	2.435.201
Gerais e Administrativas	687.944	1.537.674
Marketing	312.982	597.498
Total	3.951.557	4.570.373

- (a) Correspondem as despesas referentes aos serviços profissionais, tais como: assessoria contábil, auditorias, consultorias, taxas e serviços advocatícios, serviços de tecnologia da informação, além de outros prestadores de serviços especializados.
- (b) Correspondem as despesas gerais referentes à administração predial, utilidades e serviços gerais das áreas de apoio.
- (c) Corresponde majoritariamente por despesas de ativação, operação, intermediação e despesas gerais referentes às atividades de marketing e publicidade de competições.



NOTA 22. FUTEBOL AMADOR E PROFISSIONAL

Foram realizadas quatro competições no ano de 2020: Gauchão 2020, Gauchão Feminino 2020, Copa FGF e Divisão de Acesso. Sendo que a Divisão de Acesso não foi concluída, devido a pandemia de COVID-19. A FGF, nessa competição, efetuou ajuda de custos extraordinária para todos os clubes, em especial para auxiliar os filiados no pagamento das rescisões com atletas e comissão técnica. Habitualmente, a FGF já arca com despesas de arbitragem e staff operacional em suas competições. As principais despesas estão listadas a seguir:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Divisão Principal	1.945.108	731.553
Divisão de Acesso	1.754.779	-
Arbitragem	828.680	1.114.585
Futebol Amador	21.365	-
Total	4.549.932	1.846.138

NOTA 23. DEPRECIÇÃO

Os valores registrados de depreciações acumulada, conforme taxas especificadas na Nota Explicativa 10, referem-se a aquisições do ano de 2020 e da sede da FGF, na Av. Ipiranga, 10. Os demais itens do imobilizado não tem o registro de depreciação mensal, por falta de controle patrimonial adequado.

NOTA 24. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

A FGF obteve receitas financeiras no montante de R\$ 101.226,97, sendo que 95% referem-se a rendimento de aplicações financeiras. As despesas financeiras



montaram em R\$ 329.808,04, sendo que 86% referem-se a juros de parcelamento.

NOTA 25. DÉFICT DO EXERCÍCIO

O déficit apresentado deve-se a significativa diminuição de receitas do ano de 2020, uma vez que, sem público nos estádios de futebol, a FGF ficou sem a sua principal receita, que são as taxas sobre os jogos e participação na renda.

NOTA 26. EVENTO SUBSEQUENTE

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação impactaram negativamente as atividades da Entidade e, conseqüentemente, suas demonstrações contábeis. A Entidade esclarece que, em consonância com o disposto na NBC TG 24 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia, mesmo com o início da vacinação, os potenciais impactos na atividade econômica global, não é possível aferir quais efeitos relevantes podem impactar nas demonstrações contábeis, a continuidade normal das atividades e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Entidade segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.



Parecer do Conselho Fiscal

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020



O Conselho Fiscal da Federação Gaúcha de Futebol, em atendimento ao estabelecido no Estatuto da Entidade, artigo 23, e na legislação vigente, com base nos exames efetuados e havendo analisado as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente a 2019, compostas pelo Balanço Patrimonial e pelas Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa e dos Resultados Abrangentes, e pelas Notas Explicativas, bem como o relatório dos auditores independentes, emitido com ressalvas, é de opinião que referidas demonstrações, considerada a ressalva apresentada, podem ser submetidas à apreciação da Assembleia Geral.

Destacamos que as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram apresentadas ao Conselho Fiscal em período posterior ao previsto estatutariamente para ocorrência da Assembleia Geral, segunda quinzena de janeiro de cada ano. Entretanto, considerando-se a excepcionalidade decorrente da pandemia gerada pelo SARS COV2, COVID-19, e os consequentes impactos negativos em atividades de todo o País, aos quais a Federação Gaúcha de Futebol também foi exposta, o Conselho Fiscal sugere que esta atemporalidade seja submetida a referendo assemblear.

Este Conselho Fiscal enfatiza que o formato do presente parecer observa as recomendações do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o qual esclarece que a função, e a responsabilidade, de aprovação das contas é da Assembleia Geral.

O presente vai firmado, conforme definido pelo órgão, por seu Presidente, representando todos os integrantes.

Porto Alegre, 16 de abril de 2021


Paulo Rogério Martinez Nunes
Presidente do Conselho Fiscal



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

DRS
AUDITORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Administração da
FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL
Porto Alegre - RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

1.1. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

Rua Felício de Azevedo, 53 - Conj. 502 - Bairro São João - Porto Alegre - RS - CEP: 90540-110
tel/fax: 51-3343.5556 - e-mail: drs@drsauditores.com.br
www.drsauditores.com.br

CRC/RS 4230



do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

2.1 Inexistência de Controle Patrimonial dos Bens do Ativo Imobilizado

Em 31/12/2020, a Entidade não possuía um sistema organizado de controle patrimonial dos bens registrados no Ativo Imobilizado, portando a mesma não atende integralmente as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, aprovado pela NBC TG 27 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade. Portanto, não foi possível mensurar eventuais efeito nas demonstrações contábeis que poderiam ser requeridos em decorrência da adoção do referido controle patrimonial.

3. ÊNFASE

Conforme contido na nota explicativa 28, em decorrência do estado de calamidade que o país está enfrentando originário da pandemia gerada pelo SARS COV2/COVID-19, popularmente conhecida como corona vírus, e dos efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter a disseminação da doença que impactaram negativamente a economia e conseqüentemente nos negócios da empresa, com o conseqüente reflexo nas suas demonstrações contábeis, não foi possível a Entidade aferir quais efeitos relevantes poderão impactar na sua atividade operacional e conseqüentemente nas demonstrações contábeis, entretanto, a mesma segue diligente em relação ao tema a fim de que decisões adequadas possam ser tomadas visando minimizar os efeitos sociais e econômicos na sua atividade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.





4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Rua Felicidade de Azevedo, 53 - Conj. 502- Bairro São João - Porto Alegre - RS - CEP: 90540-110
tel/fax: 51-3343.5558 - e-mail: drs@drsauditores.com.br

www.drsauditores.com.br

CRC/RS 4230



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 12 de abril de 2021.

DRS Auditores

CRC-RS nº 4.230

Roberto José Fidryszewski

Contador CRC-RS nº 36.593

Sócio Responsável